

Trabalhadores e responsáveis pelo progresso... ou agentes político-sociais e formadores de redes? Leituras e visões sobre a imigração no Brasil.

Marcos Antônio Witt.

Cita:

Marcos Antônio Witt (2013). *Trabalhadores e responsáveis pelo progresso... ou agentes político-sociais e formadores de redes? Leituras e visões sobre a imigração no Brasil*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/321>

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 40

Título de la Mesa Temática: Las dinámicas relacionales del poder en la historia latinoamericana. Lazos, vínculos y redes sociales, ss. XVIII-XX

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: Dra. Andrea Reguera; Dr. Miguel Angelo Silva Da Costa; Lic. Leandro A. Di Gresia

**TRABALHADORES E RESPONSÁVEIS PELO PROGRESSO... OU AGENTES
POLÍTICO-SOCIAIS E FORMADORES DE REDES? LEITURAS E VISÕES
SOBRE A IMIGRAÇÃO NO BRASIL**

*Witt, Marcos Antônio
Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS
mawitt@unisinobr*

<http://interescuelashistoria.org/>

**TRABALHADORES E RESPONSÁVEIS PELO PROGRESSO... OU AGENTES
POLÍTICO-SOCIAIS E FORMADORES DE REDES? LEITURAS E VISÕES
SOBRE A IMIGRAÇÃO NO BRASIL**

*Marcos Antônio Witt**

Universidade do Vale do Rio

dos Sinos – UNISINOS

E-mail: mawitt@unisin.br

O presente texto tem como objetivo analisar a participação política de imigrantes e seus descendentes. Chegadas ao Brasil a partir do século XIX e ao Rio Grande do Sul, em 1824, imigrantes alemães prontamente passaram a disputar espaço político-social com grupos que já estavam estabelecidos no país recém-independente. Parte da historiografia brasileira negou a efetiva participação desses agentes históricos no campo da política; esse conjunto de historiadores – acadêmicos e não acadêmicos – buscou explorar determinadas qualidades dos imigrantes, como o trabalho, o progresso e um certo distanciamento em relação aos conflitos. Visão contrária e discordante tem sido produzida através das novas pesquisas executadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação – PPGs –, sobretudo a partir da década de 1990, as quais têm procurado relativizar a afirmação de que os imigrantes e seus descendentes compuseram um grupo homogêneo, apolítico, ordeiro, pacífico e responsável unicamente pelo progresso e desenvolvimento do Brasil, especialmente da região Sul.

Trabalhos como o de Marcos Justo Tramontini abriram novas fronteiras para o campo da pesquisa e dos estudos relacionados à imigração, uma vez que Tramontini propôs uma nova leitura para os conflitos vivenciados pelos imigrantes e seus descendentes. Para esse historiador, os conflitos podem ser lidos como tentativa de inserção social. Para vencer as barreiras impostas pela legislação, burocracia e cidadania restritiva, imigrantes e seus descendentes criaram novos vínculos e estabeleceram redes

* Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, vinculado a esta mesma universidade; doutor em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo; pesquisa os temas política, imigração, Brasil império.

sociais com o objetivo de disputar e conquistar espaço político-social na sociedade brasileira.¹

Nesse sentido, o presente texto pretende discutir como imigrantes e seus descendentes passaram a disputar espaço político-social. Cabe salientar que essa disputa teve início no exato momento em que pisaram o solo americano. Isso significa dizer que não houve isolamento social e nem geográfico; como agentes históricos que estavam tentando se inserir em um espaço desconhecido – que seria definitivo, pois poucos retornariam às regiões que formariam a Alemanha – de imediato perceberam as regras que estavam postas pela sociedade hospedeira. Com isso, quer-se desconstruir a tese do isolamento, a qual afirma que imigrantes e descendentes mantiveram-se isolados do mundo que os cercava. Como homens e mulheres submissos e agradecidos ao Império brasileiro pela nova oportunidade de vida, eles teriam se fixado unicamente no trabalho e garantido o progresso da região onde estavam assentados. Esta visão é por demais romântica e não encontra respaldo na documentação e na nova historiografia acerca da imigração no Brasil (WITT, 2001 e 2008).

No que tange à visão romântica sobre a imigração alemã no Brasil, esse modo de ver e veicular a inserção social dos imigrantes foi produzido por pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos, muitos considerados como clássicos, os quais supervalorizaram determinadas qualidades desses agentes históricos. Trabalho e progresso constituíram-se em baluartes para o grupo historiográfico composto por pesquisadores municipalistas, memorialistas, diletantes, germanófilos, entre outros autores que difundiram a falsa ideia de que os imigrantes e seus descendentes viveram exclusivamente para o trabalho. Dedicando-se somente ao labor, teriam deixado de se interessar por outras atividades sociais, como a política. Para o presente texto, o conceito de política deve ser entendido como algo mais do que a filiação em partidos políticos. Política, neste caso, transcende a questão partidária e insere o homem no contexto social onde vive. Isso significa dizer que a busca por inserção social, que a tentativa de ocupar cargos públicos, que os conflitos vivenciados por religiosos podem ser compreendidos como atividade política.

Produzida em determinados períodos, como a virada do século XIX para o XX, ou nos anos seguintes ao Estado Novo (1937-1945) e à II Guerra Mundial (1939-1945),

¹ Uma das contribuições de Marcos Justo Tramontini à nova historiografia sobre imigração foi a de pensar os conflitos como posicionamento político-social. A partir dessa formulação, vários mestrados e doutorandos – dentre os quais os citados no presente texto – passaram a analisar o comportamento dos agentes históricos da imigração como busca de espaço político-social.

parte desta historiografia formatou o pensamento de pesquisadores, os quais estavam preocupados em disseminar os pressupostos da germanidade ou garantir a sobrevivência da cultura germânica após os eventos traumáticos do Estado Novo e da II Guerra Mundial. O fato de ter havido perseguição aos imigrantes e seus descendentes na década de 1930 e 1940 fez com que intelectuais ligados à história da imigração promovessem ações que tinham como objetivo reunir objetos, documentos e depoimentos orais e visuais. O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, fundado em 20 de setembro de 1959, originou-se a partir das preocupações formuladas e defendidas por Telmo Lauro Muller e seu grupo. Ativamente, o grupo reuniu pesquisadores, professores, intelectuais de outros ramos, políticos, pessoas interessadas na história da imigração, os quais tomaram o firme propósito de fundar um museu que preservasse a memória dos imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Visão abrangente sobre a história desse museu encontra-se reunida na obra comemorativa *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo: 50 anos de história*, coordenada por José Carlos Eggers e Márcio Linck, respectivamente, presidente e diretor da instituição.

Obras clássicas, como as produzidas por Aurélio Porto e Jean Roche, também trazem, de forma mais ou menos evidente, a preocupação em destacar supostas qualidades atribuídas aos imigrantes. Porto,² ao descrever o médico imigrante João Daniel Hillebrand, usou as seguintes palavras: “é quando entra, verdadeiramente, no cenário histórico da colonização esse vulto de abnegação, servidor do Brasil, de médico, de político e de homem de altas virtudes, que foi o Dr. João Daniel Hillebrand” (Porto, 1934: 94). As virtudes destacadas pelo autor sintetizam a forma pela qual ele leu e divulgou o processo imigratório, isto é, a partir de uma *história verdade* e da contribuição do homem branco europeu ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. De acordo com os objetivos de Porto, “abnegação” e “altas virtudes” são características que devem ser evidenciadas, uma vez que, segundo o autor, o imigrante teria colocado a sua vida e o seu trabalho a serviço do novo espaço onde estava inserido.

Jean Roche,³ ao compilar grande número de informações sobre a imigração, afasta-se da visão romântica e por vezes laudatória encontrada em Porto. Por outro lado,

² A obra de Aurélio Porto é um dos trabalhos mais significativos sobre a história da imigração alemã. Sua produção e veiculação cristalizaram-na como um dos grandes clássicos deste grupo historiográfico. Quase completando um século desde a primeira publicação, o livro de Aurélio Porto continua sendo consultado por aqueles que estudam a imigração no Brasil. Como clássico, representa uma época e a mente do seu criador e do grupo do qual ele fazia parte.

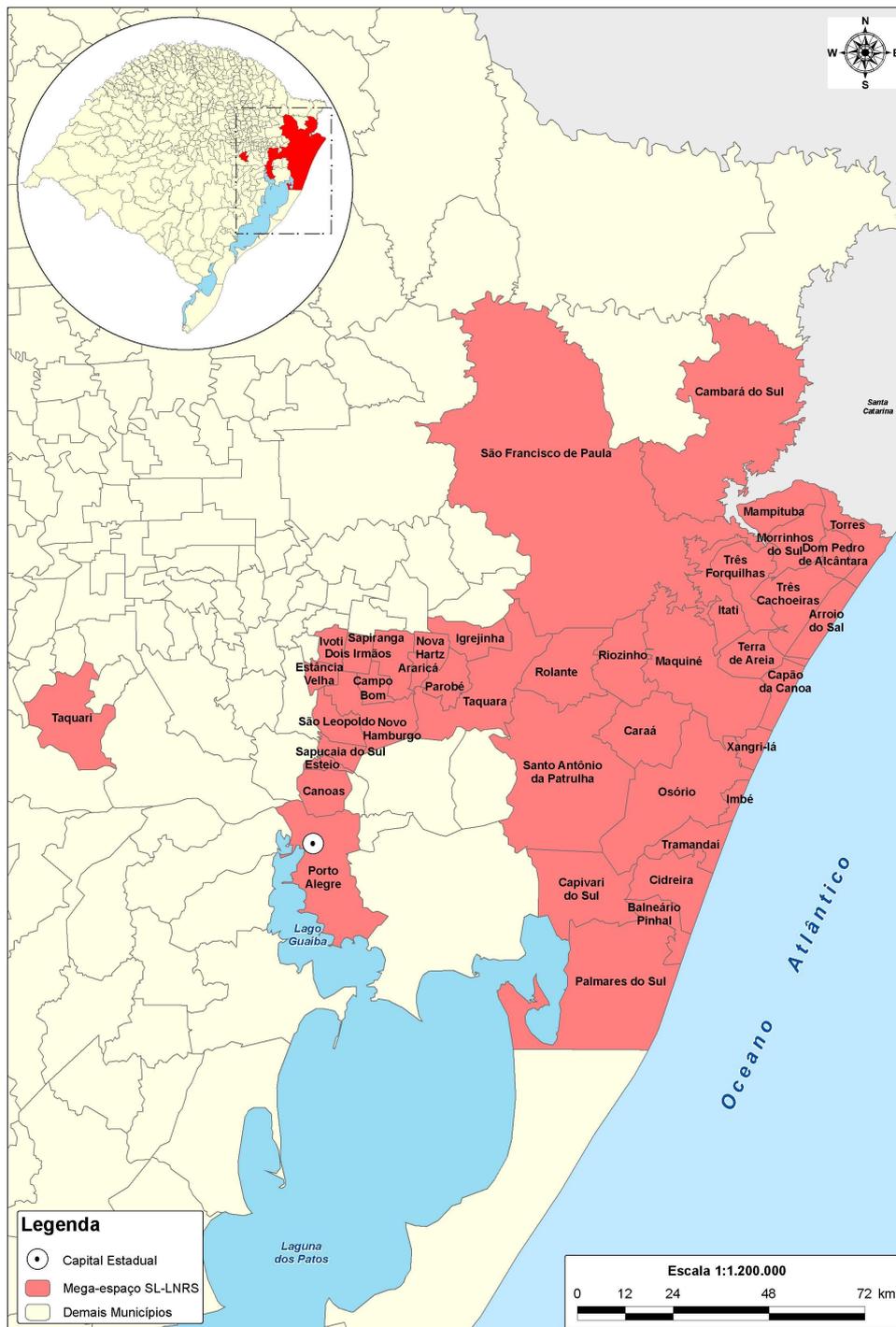
³ Da mesma forma que Aurélio Porto, a obra de Jean Roche integra o rol dos clássicos sobre a história da imigração no Brasil. Com maior quantidade de textos e de informações, é leitura fundamental para os que desejam apropriar-se dos projetos que deram origem à colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Roche contribuiu para divulgar a ideia de que determinados núcleos coloniais prosperaram e deram certo – do ponto de vista econômico, por exemplo. Ao mencionar as Colônias alemãs do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – LNRS, o autor se refere aos núcleos de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara como espaços isolados e congelados no tempo. Segundo Roche,

em 1950 ainda, ir a esta colônia era remontar ao passado, pois nela se encontrava o mesmo quadro e o mesmo gênero de vida que em 1850. A região do litoral viveu fechada em si mesma (...) **Tal qual a Bela Adormecida no bosque, a área de São Pedro-Três Forquilhas, era, quando a vimos, uma amostra milagrosamente conservada** da primeira fase da colonização no pé da Serra (Roche, 1969: 177-179). (grifos nossos).

A partir das considerações veiculadas por Roche, é possível dividir as Colônias entre aquelas que prosperaram, que progrediram e que obtiveram sucesso e aquelas que permaneceram adormecidas e congeladas no tempo. Nesse caso, o desenvolvimento econômico serviu de parâmetro para a análise bipolar efetuada pelo autor. Porém, os resultados podem ser diferentes se forem consideradas as especificidades de cada núcleo colonial a partir do tempo em que foi estabelecido e do espaço que ocupou em solo rio-grandense.

Partindo dessa premissa – de que as especificidades de cada núcleo colonial devem ser consideradas para a análise da imigração no Brasil – elaborou-se um mapa que evidencia a conexão entre Colônias quilometricamente distantes. Para isso, mapearam-se famílias que circularam por determinados núcleos coloniais, as quais, via negócios e relações de parentesco e compadrio, interagiram ao longo do século XIX e XX. Desse exercício, resultou a forte convicção de que não houve isolamento em relação aos imigrantes e seus descendentes e que o desenvolvimento das Colônias foi, nitidamente, distinto. Em termos de estudos comparados, é quase impraticável forçar a comparação entre núcleos de agricultores se o pesquisador privilegiar a situação econômica, política ou social de um dos espaços. Quiçá, a comparação trará resultados mais plausíveis se as especificidades de cada local forem consideradas.



Ao elaborar o mapa do mega-espaço São Leopoldo – Litoral Norte do Rio Grande do Sul, constatou-se que uma vasta região da província rio-grandense foi trilhada por agentes históricos da imigração. As diferenças existentes e percebidas entre estes espaços não se constituíram como empecilho para a circulação das pessoas, de ideias, de produtos e para a formação de sociedades empresariais. Desse modo, as Colônias alemãs do LNRS estabeleceram vínculos com a Colônia alemã de São

Leopoldo, de Taquari e, ainda, com a capital da província. Moldadas a partir de experiências distintas, as regiões estudadas integraram-se em um único espaço a partir dos negócios, dos casamentos e dos apadrinhamentos efetuados por famílias imigrantes. Portanto, dados estatísticos, como número de colonos assentados, quantidade de gêneros produzidos e comercializados, capacidade de expansão do núcleo colonial, projeção econômica e política, entre outros itens e aspectos que formataram cada um dos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, revelam, apenas, realidades distintas. As diferenças, a partir dessas considerações, foram compreendidas como elementos integradores e não como subsídios para a defesa do isolamento.

Do ponto de vista da participação política, a legislação que regulava o sistema político-partidário do império foi compreendida, por vezes, como o real impedimento para a participação política dos imigrantes e seus descendentes. Partindo-se de uma visão legalista – se a lei existe ou se ela assim o determina – parte da historiografia da imigração alemã divulgou o caráter apolítico dos indivíduos e das famílias que compuseram o cenário imigrantista no Brasil. Tramontini, em sua tese de doutoramento, demonstrou que o desejo de participar e de se inserir na sociedade hospedeira pode ser lido como participação político-social. As considerações do autor e de outros que o seguiram estão baseadas nos estudos da Nova História Política, a qual tem em Norberto Bobbio e René Rémond um dos seus expoentes. Para os autores, a política transcende o partidarismo e envolve todas as ações humanas dentro de uma sociedade.

Analisando famílias imigrantes que se projetaram no campo econômico e político, verificou-se que estas parentelas participaram efetivamente da política brasileira do século XIX. Isso se deu a partir das relações sociais que estabeleceram entre seus pares, mas também com seus vizinhos nacionais, da ocupação de determinados cargos públicos e/ou jurídicos (ligados à burocracia provincial), como o de juiz de paz e os diversos níveis da Guarda Nacional, e da filiação aos partidos conservador e liberal, usando-se, para isso, das concessões e das brechas da legislação eleitoral.

Novos estudos têm abordado a participação política de imigrantes e de seus descendentes. As dissertações de Carina Martiny, Caroline von Mühlen, Fabrício Rigo Nicoloso e Miquéias Henrique Mügge⁴, produzidas no âmbito acadêmico, lançaram

⁴ As dissertações de mestrado aqui selecionadas representam a nova historiografia sobre imigração no Brasil. Cada um dos trabalhos relaciona o tema imigração com outros temas que são capazes de lançar

novas luzes sobre o cotidiano político-social dos imigrantes. Relações de parentesco e de compadrio e inserção nos quadros da Guarda Nacional são alguns dos temas abordados por esses autores. Com pesquisas minuciosas e análise apurada, as dissertações aqui referidas trouxeram novas particularidades no que tange às Colônias alemãs instaladas na província do Rio Grande do Sul. Uma das observações possíveis é que suas conclusões remetem à realidade imigrante do Brasil imperial. Portanto, o que foi pesquisado, analisado e escrito tem contribuição relevante para a historiografia da imigração no Brasil, uma vez que os pressupostos trabalhados e defendidos pelos autores encontram respaldo na realidade vivenciada pelos imigrantes nas regiões Sul e Sudeste, no Sul da Bahia e em outros rincões do vasto território brasileiro onde foram fixados núcleos coloniais.

As dissertações de Martiny, von Mühlen e Nicoloso abordam, mais diretamente, as estratégias familiares que visavam ao apadrinhamento e ao casamento. Os acordos e arranjos entre famílias, que às vezes formavam grandes parentelas, tinham como objetivo o enriquecimento econômico e a projeção político-social. Nesses estudos, áreas como São Sebastião do Caí, São Leopoldo e Santa Maria foram cuidadosamente investigadas no que se refere à relação que imigrantes construíram entre si mas, também, com os nacionais. Se Martiny e von Mühlen analisaram núcleos coloniais sólidos e originários de projetos governamentais, como São Sebastião do Caí e São Leopoldo, Nicoloso focalizou a vila e posterior cidade de Santa Maria, um recanto urbano em meio a propriedades agrícolas e de criação de gado na região central da província rio-grandense. Mesmo com essas particularidades, os três estudos apontam para o uso de estratégias familiares para a alavancagem econômica, política e social.

Já o trabalho de Mügge refere-se ao diálogo que a Colônia alemã de São Leopoldo estabeleceu com a Guarda Nacional. Se, por um lado, os cargos da Guarda poderiam ser vistos como um meio de projetar-se sobre os demais, a obrigação de servir e de lutar nem sempre foi vista como algo positivo por parte da população imigrante e de nacionais que habitava tanto a sede da Colônia quanto as propriedades agrícolas que orbitavam em torno dela. Recursos como casamento e apadrinhamento também foram percebidos por Mügge quando investigou a composição social e política da Colônia de São Leopoldo.

novas luzes sobre o que já foi pesquisado, estudado e publicado. Estratégias matrimoniais, comércio, cargos públicos e políticos integram os seus conteúdos.

Por outro lado, as ideias difundidas por parte da historiografia da imigração alemã sobre a apatia política dos imigrantes e de seus descendentes ainda encontram eco em obras publicadas recentemente. Mercedes Gassen Kothe, ao escrever um dos capítulos para o volume 3, tomo I, da coleção História Geral do Rio Grande do Sul, e referindo-se à comunidade formada pelos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul, no período da Primeira República, concluiu que

a maioria veio por conta própria, **viveu anos isolada, mantendo a língua e a cultura de origem**” e que “**por gerações não se interessaram pela política local**, muitos por não dominarem a língua portuguesa, outros por dedicarem-se exclusivamente ao comércio e às atividades industriais (Kothe, 2007: 391). (grifos nossos).

Ao que parece, a autora deixou de dialogar com a produção mais recente desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação, pois muitas das suas afirmações não mais se sustentam. Um dos primeiros aspectos a se destacar é a defesa do isolamento, o que teria levado à manutenção da língua e da cultura de origem. Sobre a tese do isolamento, tem-se demonstrado que, a partir da circulação de agentes históricos ligados à imigração, os indivíduos e as famílias interagiam. Distância quilométrica, estradas difíceis e por vezes intransitáveis, língua e hábitos culturais distintos não impediram que uma filha do pastor Carlos Leopoldo Voges, instalado na Colônia alemã de Três Forquilhas, casasse com um jovem católico de São Leopoldo, e que um filho do mesmo pastor casasse com uma moça da Colônia de Taquari, onde se instalou e abriu um comércio. Do mesmo modo, descendentes de Voges uniram-se à família de Edmundo Dreher, grande negociante alemão instalado em Porto Alegre, capital da província rio-grandense (WITT, 2008). Portanto, a tese do isolamento não se sustenta quando confrontada com o poder de circulação e interação dos agentes históricos da imigração.

Um segundo aspecto a ser abordado e que se encontra registrado no texto de Kothe diz respeito à manutenção da língua e da cultura de origem dos imigrantes. Linguistas e estudiosos da cultura imigrantista defendem a ideia de que a língua – ou os dialetos – e a cultura trazida pelos solteiros e pelas famílias entraram em contato com a cultura local, o que levou todos os imigrantes a negociarem seus hábitos culturais. Interação e hibridismo também são explicações possíveis para mapear o confronto perpassado entre um grupo que chegava e outro que já se encontrava estabelecido. Nas palavras de Norbert Elias, isso se configurou como um conflito travado entre os estabelecidos e os *outsiders*.

As considerações de Kothe sobre a manutenção da língua e da cultura de origem dos imigrantes batem de frente com a produção dos linguistas Cléo Altenhofen, Gerson Neumann e Karen Spinassé, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O trabalho desenvolvido por eles investiga o uso e a manutenção dos dialetos, bem como a literatura produzida por e sobre os alemães. No que se refere ao idioma, os linguistas defendem que a língua é um organismo dinâmico o qual recebe influências, assimila novos termos e perde elementos ao longo dos anos. Sobre a manutenção da cultura de origem, Jeffrey Lesser discute, em cuidadoso livro, como imigrantes chegados e instalados no Brasil negociaram o que o autor chamou de etnicidade. Ao fazer essa negociação, interagiram culturalmente. Nessa interação, estabelecidos e *outsiders*, conforme Norbert Elias, travaram conflitos diários para ocupar espaços relevantes na sociedade que, a partir da chegada ao Brasil, congregava imigrantes e nacionais. Portanto, a ideia defendida por Kothe deixa de encontrar respaldo na historiografia ora analisada.

Ainda, um terceiro aspecto mencionado por Kothe e passível de questionamento refere-se à afirmação de que por gerações os imigrantes não teriam se interessado pela política local. Desde Tramontini, passou-se a aceitar a ideia de que os imigrantes e seus descendentes constituíram-se elementos ativos da vida política brasileira. Para Kothe, a apatia política estaria vinculada ao desconhecimento da língua portuguesa e à dedicação exclusiva ao comércio e às atividades industriais. Os estudos mencionados neste texto apontam para a direção oposta, isto é, o exercício da política veio combinado com os negócios, envolvendo comércio e indústria. Janaína Amado, ao analisar o episódio dos Mucker, de 1874, percebeu vínculo estreito entre comércio, política, religião e conflitos decorrentes dessa conjugação complexa de fatores. Dalva Reinheimer, ao pesquisar sobre a navegação no Rio Grande do Sul, vinculou política, comércio e indústria ao mapear as famílias que se dedicaram ao transporte de mercadorias pelos rios que ligavam Porto Alegre às Colônias alemãs. Martiny, ao seguir os passos da família Trein, de São Sebastião do Caí, registrou que o agigantamento da parentela Trein deveu-se à participação política, à dedicação ao comércio e à posterior transição para a indústria.

O mapeamento de algumas obras que aproximaram política, economia, sociedade e religião no âmbito da imigração faz com que se perceba a repetição de alguns sobrenomes, bem como a confecção de redes familiares e de negócios firmados por estas mesmas parentelas. Se os investimentos das famílias Voges, Diefenthaler e Dreher tiveram êxito no século XIX e chegaram até o início da I República, as

estratégias e os negócios públicos e privados dos Trein, Mentz, Renner e Ritter perpassaram o XIX, o XX e chegaram, parcialmente, até os dias de hoje. Com isso, quer-se demonstrar que política e economia andaram lado a lado também no mundo da imigração.

Contudo, há ainda um tema que se relaciona à imigração, o qual se integra à discussão aqui presente. No início da década de 1980, Margaret Bakos e Helga Piccolo produziram textos sobre a posse de escravos por parte de famílias alemãs. Talvez ainda fosse muito cedo para a academia se dedicar a tema tão original e delicado. Afinal, parte da historiografia da imigração alemã afirmava veementemente que os imigrantes não haviam possuído escravos em suas propriedades. Telmo Lauro Müller, ao aceitar a presença de negros entre imigrantes, afirmou que os trabalhadores – escravos – seriam tão bem tratados pelos imigrantes – proprietários – que falariam o idioma alemão. Do mesmo modo que a renovação historiográfica lançou novos ares sobre a questão da participação política dos imigrantes, novas pesquisas no âmbito da escravidão romperam com a falsa ideia de que somente os trabalhadores brancos, livres, de origem europeia, teriam *revirado* a terra com suas mãos.

Através dos Programas de Pós-Graduação e do acesso a novas fontes, como inventários, processos-crime e escrituras de compra e venda, foi possível aproximar os temas imigração e escravidão. Investindo sobre novas fontes ou revisitando e/ou fazendo novas perguntas a fontes já conhecidas, derrubou-se um dos grandes mitos em relação à imigração. A afirmação categórica de que somente o trabalho dos colonos alemães havia produzido o progresso de determinada região e, por consequência, da província e do Estado do Rio Grande do Sul, passou por certos estremecimentos quando os inventários e as escrituras de compra e venda revelaram o uso da mão de obra escrava nas propriedades agrícolas e nos estabelecimentos comerciais rurais e urbanos.

Martin Dreher, em texto publicado em 1995, chamou a atenção para as leis que impediam os colonos de possuir escravos em suas propriedades agrícolas. De fato, império e província preocuparam-se com a possibilidade de os colonos adquirirem escravos para executar as mais inúmeras atividades. A razão dessa preocupação estaria no fato de que os imigrantes e seus descendentes, sobretudo aqueles que se tornaram colonos – agricultores – deveriam ocupar o território, produzir alimentos, dinamizar o mercado interno e criar uma força de oposição aos grandes fazendeiros. Estes, muitas vezes, em função de suas grandes propriedades e da manutenção de milícias particulares, colocavam-se contra, por vezes em guerra, o império brasileiro. Caso os

colonos agigantassem seus investimentos econômicos, os objetivos propostos com a imigração poderiam não ser alcançados.

Com esse receio, império e província promulgaram leis que tentaram impedir o uso de escravos nas Colônias alemãs. Porém, os imigrantes e seus descendentes muito rapidamente perceberam que possuir escravos poderia representar crescimento econômico, projeção política e obtenção de *status* junto à sociedade hospedeira. Dreher, mesmo produzindo seu texto em 1995, quando as pesquisas que relacionam imigração e escravidão começaram a despontar, ao mencionar as referidas leis, deixou de considerar que os colonos poderiam burlar as normas e encontrar meios para alavancar seus investimentos. Felipe Kuhn Braun, em obra recente, também faz menção às leis que impediam o uso de escravos nas Colônias. No entanto, mesmo aceitando que “muitos alemães descumpriam a regra”, o autor justifica esse descumprimento “porque [os imigrantes] precisavam de pessoas que lhes ajudassem no trabalho diário” (Braun, 2010: 50). No que toca à convivência, Braun afirma que

a relação entre o alemão e o negro, embora fosse preconceituosa na maioria das vezes, se dava de uma forma muito mais familiar a do português com o negro. Alguns escravos ganharam também os sobrenomes de seus patrões alemães (BRAUN, 2010: 51).

As novas pesquisas que têm aproximado imigração e escravidão relativizam as afirmações de Braun. Tanto as fontes como os trabalhos que as têm analisado apontam para um total pragmatismo na compra e venda de escravos por parte dos alemães. Imigrantes urbanos e rurais obtiveram escravos e os utilizaram em suas casas e em seus negócios. Portanto, não se trata de ajuda, e sim de investimento. Afora isso, o fato de o escravo falar um dos dialetos alemães é consequência do convívio e não de um suposto aprazível dia a dia entre proprietário e escravo. Assim como Müller, o autor defende que o cotidiano experimentado por estes dois agentes históricos seria mais amistoso do que o vivenciado por um escravo na companhia de seu senhor de origem portuguesa. Novamente, as fontes e as pesquisas, sobretudo os processos-crime, denunciam o uso de castigos para a coerção e obtenção da disciplina. Pelos estudos é possível perceber que o elemento africano escravizado recebeu o mesmo tipo de tratamento tanto do proprietário de origem portuguesa, quanto do senhor de origem alemã. A tradição oral, composta por inúmeras histórias de maus tratos recolhidas nas Colônias, como castigos violentos e mesmo mortes, ratifica o que ficou registrado nas fontes escritas.

Com o presente texto, buscou-se analisar leituras e visões sobre a imigração para o Brasil, tendo a imigração alemã como estudo de caso. Comparando grupos

historiográficos distintos, foi possível perceber que determinadas versões tiveram o objetivo de formatar a imagem de um imigrante trabalhador, ordeiro e responsável pelo progresso do Brasil. As pesquisas provenientes sobretudo dos PPGs, ao buscar novas e/ou revisitar velhas fontes, disponibilizaram versões que contestam ou relativizam a construção de uma imagem romântica e perfeita dos imigrantes. Participação política, múltiplos investimentos econômicos, estratégias familiares e o uso de mão de obra escrava foram capazes de redesenhar a figura do imigrante e de seus descendentes. Com isso, optou-se por enxergá-los como agentes político-sociais e formadores de redes, ativos, pragmáticos, complexos e contraditórios, como todos aqueles que frequentavam os inúmeros estabelecimentos íntimos e públicos do Brasil oitocentista.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janaína. (2002). *A revolta dos Mucker*. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS.
- BAKOS, Margaret Marchiori. (1980). “O imigrante europeu e o trabalho escravo no Rio Grande do Sul.” In: *IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, pp. 399-405.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. (1986). *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- DREHER, Martin Norberto. (1995). “O fenômeno imigratório alemão para o Brasil.” In: *Estudos Leopoldenses*. Volume 31, no. 142, maio/junho. São Leopoldo: UNISINOS, pp. 59-82.
- EGGERS, José Carlos e LINCK, Márcio (coordenadores). (2012). *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo: 50 anos de história*. Novo Hamburgo: Um Cultural.
- ELIAS, Norbert. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- KOTHE, Mercedes Gassen. (2007). “Os descendentes de alemães”. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e AXT, Gunter (direção). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Volume 3. Tomo I. República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, pp. 377-392.
- BRAUN, Felipe Kuhn. (2010). *História da imigração alemã no Sul do Brasil*. 2.ed. Porto Alegre: Costoli.
- LESSER, Jeffrey. (2001). *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP.

MARTINY, Carina. (2010). *Os seus serviços públicos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado.

MÜGGE, Miquéias Henrique. (2012). *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (RS – Séc. XIX)*. São Leopoldo: Oikos. [Coleção Estudos Históricos Latino-americanos – EHILA/UNISINOS].

MÜHLEN, Caroline von. (2010). *Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado.

MÜLLER, Telmo Lauro. (1996). “Negros de fala alemã.” In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 238-23.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. (2013). *Fazer-se elite em Santa Maria – RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Dissertação de Mestrado.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. (1989). “Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX.” In: *Anais da VIII reunião da sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH)*. São Paulo: SBPH, pp. 53-62.

_____. (1989). “Século XIX: alemães protestantes no Rio Grande do Sul e a escravidão.” In: *Anais da VIII reunião da sociedade brasileira de pesquisa histórica (SBPH)*. São Paulo: SBPH, pp. 103-107.

PORTO, Aurélio. (1934). *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. 1.ed. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha.

REINHEIMER, Dalva Neraci. (1999). *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. Dissertação [Mestrado]. São Leopoldo. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

_____. (2007). *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. Tese [Doutorado]. São Leopoldo. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

RÉMOND, René (Org.). (1996). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV.

ROCHE, Jean. (1969). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v. 1 e v. 2. Porto Alegre: Globo.

TRAMONTINI, Marcos Justo. (2000). *A organização social dos imigrantes*. São Leopoldo: UNISINOS.

WITT, Marcos Antônio. (2001). *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889*. São Leopoldo. Dissertação [Mestrado]. História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

_____. (2008). *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*. São Leopoldo: Oikos.